

A diversificação do ensino superior

JOSÉ GOLDEMBERG

Os reitores das Universidades paulistas (USP, Unicamp, Unesp) apresentaram à 46ª Reunião Plenária do Conselho de Retores das Universidades Brasileiras (CRUB), que se reuniu em Florianópolis em março do corrente ano, um importante documento sobre o ensino superior, que merece uma profunda reflexão.

Em essência, os reitores paulistas argumentaram que a discussão sobre a Universidade no País privilegia os problemas internos da instituição: os níveis salariais, a forma de gestão, os recursos que recebe e o grau de autonomia que tem para gerir estes recursos. Os rumos da Universidade são vistos como um problema da comunidade universitária, concebida como o conjunto formado por segmentos equivalentes: professores, alunos e funcionários. Essa concepção de Universidade ignora a competência específica necessária ao desenvolvimento acadêmico e redunha numa percepção deformada de democracia: a gestão democrática é pensada como participação "paritária" dos diferentes segmentos nos órgãos colegiados e se exige a eleição direta e também "paritária" para todos os cargos executivos. Essa forma de democratização cria problemas que se tornam particularmente agudos no processo de escolha de reitores, havendo casos em que "campanhas eleitorais" ocorreram com as promessas e a demagogia que são correntes em campanhas para prefeito e vereadores de cidades do Interior.

Mas não se trata apenas disso — a Universidade, voltada para as questões internas da democratização e da reivindicação salarial, passa a ignorar a realidade do sistema de ensino superior e deixa de refletir sobre os problemas que ele coloca. Isso nos leva à situação paradoxal na qual a luta democrática acaba por privilegiar soluções que sempre caracterizaram uma visão burocrática, centralizadora, e autoritária do ensino superior, que consiste em impor, ao conjunto da nação, um modelo único de Universidade, definido pelo governo federal.

Essa tradição, iniciada com d. João VI, foi incorporada pelo Império. Contestada, mas não destruída na 1ª República, foi reforçada pelo Estado Novo, o qual, crian-

do o Ministério da Educação, estabeleceu os parâmetros de um rígido sistema de controles burocráticos sobre o ensino superior, que não foi destruído até hoje.

Mesmo na década de 60, a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, aumentando o poder e as funções do Conselho Federal de Educação, e definindo a Universidade como uma instituição privilegiada de ensino superior, acabou por restringir o espaço para iniciativas diversificadoras.

A reforma de 1968 — que pareceu um progresso na época — não alterou esta situação. Apenas substituiu o antigo modelo de Universidade por um novo, a ser, como o antigo, reproduzido nos mínimos detalhes em todo o território nacional.

O corporativismo que se desenvolveu nas universidades reforça a visão de um modelo único, na medida em que ele unifica a luta por recursos e salários sob a capa de uma defesa da "isonomia". A defesa da isonomia não passa de um eufemismo para reivindicar os salários e benefícios mais altos pagos por qualquer das universidades, onde quer que sejam localizadas, ignorando custos de vida locais e geografia (alguém já ouviu falar de uma luta por isonomia que fixasse os salários pela média nacional?). Os reitores, por sua vez, reivindicam a equalização dos recursos, o que atua poderosamente na uniformização das instituições. O modelo único funciona assim como escudo protetor do corporativismo.

Este é o aspecto mais perverso da centralização: o de promover a uniformização da oposição, num modelo que leva à politização e radicalização da oposição, numa área que não se presta para isso, que é a do ensino superior, onde a qualidade e o desempenho são essenciais.

O que cabe perguntar é qual é a visão externa sobre a Universidade e o que a sociedade — que a sustenta — pode e deve esperar dela. A resposta é que a sociedade demanda ensino e pesquisa.

Ensino, porque as funções mais importantes e melhor remuneradas do mercado de trabalho, assim como o acesso às posições de poder no aparelho do Estado dependem, cada vez mais, do domínio de conhecimentos que são fornecidos pelas instituições de ensino superior.

Pesquisa, porque o desenvolvimento do País exige um conhecimento técnico e científico capaz de adaptar tecnologias estrangeiras e desenvolver tecnologia independente. Exige também a produção de conhecimentos sobre a nossa realidade social e cultural capaz de dirigir esse desenvolvimento para a melhoria das condições de vida da população. Precisamos portanto de um sistema capaz de oferecer um ensino competente e produzir, através da pesquisa, conhecimentos relevantes.

Destas visões surgiu a idéia da indissociabilidade entre ensino e pesquisa que o artigo da proposta da Comissão de Sistematização da Constituinte consagra.

Este artigo é inteiramente irrealista, porque não explica que a indissociabilidade entre ensino e pesquisa deve ser garantida para o conjunto do sistema universitário, e não, necessariamente, para cada uma de suas partes (ou universidades) isoladamente. Mesmo dentro da mesma universidade, as proporções entre ensino e pesquisa variam muito de uma Unidade para outra. Imagine-se então o que esperar de universidades completamente diferentes, como é notoriamente o caso no Brasil.

A reforma e recuperação do ensino superior no Brasil deve começar, portanto, com a diversificação do sistema, aceitando a convivência entre estabelecimentos de porte diferente e vocações diferentes como a própria realidade impõe ao País, com excelentes escolas isoladas de medicina, agricultura e engenharia, além dos estabelecimentos privados de ensino superior.

O que cabe é fazer com que instituições de natureza diferente estabeleçam convênios de cooperação, de modo que uma universidade mais desenvolvida colabore no desenvolvimento de outras, quer através do treinamento de docentes, cursos de pós-graduação e projetos conjuntos de pesquisa.

É só pensando realisticamente a situação das universidades e propondo caminhos e soluções factíveis que poderemos defender efetivamente o ensino público contra os ataques de que ele vem sendo vítima. Sem um sistema de ensino público não teremos uma sociedade democrática. Se ele não for eficaz, não poderemos defendê-lo.

José Goldemberg é reitor da Universidade de São Paulo